

21. Lote 6 – Eu já passo aqui! - Resposta ao pedido de indemnização por prorrogação de prazo.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, proposta de indemnização no valor de 52.492,40€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à manutenção do estaleiro, nos termos do previsto no artigo 354.º do CCP e conforme a informação técnica e demais documentos que fazem parte integrante do processo.

Assunto: Lote 6 – Eu já passo aqui! - Resposta ao pedido de indemnização por prorrogação de prazo

PROPOSTA: Propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, da indemnização no valor de 52.492,40€ + IVA, referente à reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada, devido à manutenção do estaleiro, nos termos do previsto no artigo 354º do CCP e conforme a informação técnica anexa e demais documentos que fazem parte integrante deste processo.

A Chefe de Divisão

Anexos:

1. Auto de suspensão
2. Auto de reinício
3. Email sobre fracionamento estaleiro
4. Informação técnica – resposta ao pedido de indemnização
5. Cabimento
6. Compromisso
7. Pedido de indemnização apresentado



AUTO DE SUSPENSÃO DA OBRA

(Artigos 297º e 365º do Código dos Contratos Públicos)

Aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, compareceram no local onde decorrem os trabalhos que constituem a empreitada designada por: "CPE.23.21.DMOSM – EU JÁ PASSO AQUI! – LOTE 6", a Eng.^a

(1), em representação do Dono da Obra – "Município de Braga" e o Eng. (1), em representação da Entidade Executante – "Alexandre Barbosa Borges, SA", adjudicatária da empreitada por contrato celebrado com a Câmara Municipal de Braga, aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um.-----

Por se verificar a necessidade de estudar alterações a introduzir ao projeto, nos termos da alínea b) do art.º 365 do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (CCP), na sua actual redação, procede-se à suspensão da totalidade dos trabalhos que ainda não foram executados, a partir do dia oito de agosto de dois mil e vinte e dois até à data em que se considerem cessadas as causas que determinaram esta suspensão.-----

Ainda, nos termos do estipulado no art.º 298, do mesmo diploma, a presente suspensão dos trabalhos implica a prorrogação do prazo do contrato por período igual ao prazo inicialmente fixado no contrato para a sua execução, acrescido do prazo necessário para a mobilização de meios humanos e materiais com vista ao recomeço da execução.-----

Pela Eng.^a como representante do Empreiteiro, foi declarado que aceita e reconhece como suspensos os trabalhos referidos, pelo prazo estabelecido.-----

Pela Eng.^a representante do Dono da Obra - Município de Braga, foi declarado que aceita a suspensão dos respetivos trabalhos.-----

E nada mais havendo a tratar, foi dado por findo este ato, do qual foi lavrado o presente auto, em duplicado, que, depois de lido em voz alta, na presença dos mencionados intervenientes o acharam conforme e o vão assinar.-----

O representante do Dono da Obra

O representante do Empreiteiro

Despacho: ratifico,

A Sr.ª Vereadora

(Dr.ª Olga Maria Esteves Araújo Pereira)

AUTO DE REINÍCIO DOS TRABALHOS DA OBRA

(Artigo 298º do Código dos Contratos Públicos)

Aos **10 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois**, compareceram no local onde decorrem os trabalhos que constituem a empreitada designada por: **"CPE.23.21.DMOSM – Eu já passo aqui! – Lote 6"**, a Eng.ª

(1), em representação do Dono da Obra – "Município de Braga" e o Eng.º (1), em representação da Entidade Executante – "Alexandre Barbosa Borges, SA.", adjudicatária da empreitada por contrato celebrado com a Câmara Municipal de Braga, aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um.-----

Considerando que aos cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, foram suspensos os trabalhos desta Empreitada, pelas razões expressas no respetivo Auto de Suspensão dos Trabalhos e considerando que as mesmas já não se verificam, procede-se nesta data, à cessação da suspensão dos trabalhos.

Assim, tendo em consideração o disposto nos termos do ponto 2 e 3 do art. 298.º do Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro (CCP), na sua atual redação, **retoma-se a contagem do prazo a partir do dia 10-10-2022, pelo período de 155 dias, isto é, até 14-03-2023.**-----

E nada mais havendo a tratar, foi dado por findo este ato, do qual foi lavrado o presente auto, em duplicado, que, depois de lido em voz alta, na presença dos mencionados intervenientes o acharam conforme e o vão assinar.-----

O representante do Dono da Obra

O representante do Empreiteiro

Despacho: ratifico,

A Sr.ª Vereadora

(Dr.ª Olga Maria Esteves Araújo Pereira Martingo)

____/____/____



Processo Obra: 2022/300.10.001/125

Registo de entrada: E/50981/ de 04/08/2023

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, SA

Informação: I-70276 de 18/08/2023

Assunto: Lote 6 – Eu já passo aqui! - Resposta ao pedido de indemnização por prorrogação de prazo

PEDIDO APRESENTADO:

A entidade executante da empreitada do Lote 6 – Eu já passo aqui!, apresentou um pedido de indemnização por prorrogação de prazo em 01/08/2023, referente à manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados preparatórios e acessórios à execução dos trabalhos, no valor de 69.989,87€, calculada com base no valor diário do estaleiro, de acordo com o seguinte;

$$\text{artigo 1.1: } 80.757,54\text{€} / 180 \text{ dias} = 448,65\text{€/dia} \rightarrow 156\text{dias} \times 448,65\text{€/dia} = 69.989,87\text{€}$$

ANÁLISE:

Analisada a pretensão da empresa Alexandre Barbosa Borges, SA, cumpre-me informar o seguinte:

A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratado de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do *Código dos Contratos Públicos*, mas de forma particular para as empreitadas de obras públicas no artigo 354.º, é um instituto destinado a assegurar ao cocontratante particular o respeito da **equação económico-financeira** subjacente à base contratual, sempre que a mesma tenha sido desequilibrada.

Neste caso concreto, e por força das modificações objetivas do contrato, traduzidas em trabalhos complementares e prorrogações de prazo devidamente fundamentadas e aprovadas, os pressupostos inicialmente outorgados foram alterados pondo em causa a equação económico-financeira subjacente.

O prazo total da empreitada foi prorrogado por 156 dias, sendo 90 dias devido a trabalhos complementares (MOC 01 – Informação I-89679 de 16/12/2022, MOC 02 – Informação I-29206 de 05/04/2023 e MOC 03 – Informação I-47127 de 02/06/2023) e 66 dias devido à necessidade de suspender a totalidade dos trabalhos ainda não executados à data de realização do ato, de acordo com auto de suspensão da obra que se anexa.

O pedido de indemnização agora apresentado refere-se às despesas relacionadas com a manutenção do estaleiro durante o prazo de 156 dias e a todos os trabalhos incluídos no artigo 1.1 da lista de preços unitários.

O artigo 1.1 tem um preço unitário de 80.757,54€, valor previsto para 180 dias (6 meses) de prazo, tendo sido faturado um valor inicial de 40% (auto de medição n.º1, com acerto desta fração no auto de medição n.º2, de acordo com e-mail em anexo) e estabelecido um valor mensal de 10.094,69€, correspondente a 12,5% do valor do artigo, para manutenção do estaleiro e de todos os trabalhos considerados acessórios e preparatórios à execução dos trabalhos.



Tendo em conta que a prorrogação de prazo concedida que confere direito à reposição do equilíbrio financeiro são 156 dias, isto é, 5,2 meses, o valor da indemnização deverá corresponder a 65% do valor do artigo 1.1 (12,5% x 5,2).

Face ao supra exposto, o valor da indemnização solicitada deverá ter o valor de 52.492,40€, e não de 69.989,87€ apresentado pelo cocontratante, salvaguardando-se assim o prescrito no n.º6 do artigo 282º do CCP "A reposição do equilíbrio financeiro não pode colocar qualquer das partes em situação mais favorável que a que resultava do equilíbrio financeiro inicialmente estabelecido, não podendo cobrir eventuais perdas que já decorriam desse equilíbrio ou eram inerentes ao risco próprio do contrato".

PROPOSTA

Nestes termos propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, **do valor de 52.492,40€**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, como indemnização devida à prorrogação de prazo, com vista à reposição do equilíbrio financeiro, para o que deverá ser previamente registado o cabimento / compromisso.

Braga, 17 de agosto de 2023

Divisão de Fiscalização de Empreitadas

A gestora do contrato,

Exmos. Senhores,
Município de Braga
Praça do Município
4704-514 Braga

Correio Registado C/AR

Assunto:	N.º Ref.º	Data:
Sobrecustos de Estaleiro	GT0279/2023	01/08/2023

CO 21/063 "Eu já passo aqui" - Lote 6"

Exmos. Senhores,
Os nossos cumprimentos.

Na sequência da celebração das Modificações Objetivas do Contrato ("MOC") 1, 2 e 3 foi prorrogado o prazo de execução num total de 90 dias (45 + 30 + 15), contudo, nos referidos adicionais não foi contemplada a verba relativa à rubrica "Estaleiro" correspondente ao prazo prorrogado.

Nesta medida, considerando que a verba relativa ao Estaleiro ascende ao montante diário de 448,65€ (80.757,54€ : 180), tendo em conta a prorrogação do prazo por 90 dias, assiste à Entidade Executante ("EE") o direito a ser ressarcida pela quantia de 40.378,77€ (448,65€ x 90 dias).

Do mesmo modo, para além deste prazo de prorrogação a empreitada esteve suspensa por 66 dias, no período compreendido entre 05/08/2022 até 10/10/2022, situação que, tendo em conta o valor diário de Estaleiro (448,65€), confere à EE o direito a ser indemnizada pelo montante global de 29.611,10€ (448,65€ x 66 dias).

Assim, tendo em conta as prorrogações e suspensão do prazo da obra, assiste à EE o direito a ser indemnizada pela quantia global de 69.989,87€ - o que aqui se requer para os devidos e legais efeitos.

Dito isto, face às boas relações mantidas entre as partes, ao espírito de colaboração e de coadjuvação sempre manifestado ao longo da execução desta empreitada, a EE está convicta de que V.ªs Ex.ªs terão a proficiência de aceder ao aqui solicitado, por ser justo e devido, disponibilizando-se a EE para prestar qualquer esclarecimento adicional que entendam por pertinente.

Antecipadamente gratos pela atenção dispensada ao assunto, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração,

A Administração,